

JUSTIFICATIVA

O Objetivo deste projeto ao instituir o “Prêmio Zumbi dos Palmares”, a ser conferido anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na Sessão Solene em que se comemora o Dia Estadual da Consciência Negra, é homenagear as personalidades que atuaram e atuam em prol desta comunidade através de uma medalha alusiva ao ícone da luta pela liberdade dos negros e excluídos do nosso país que é Zumbi dos Palmares.

A saga dos quilombolas da Serra do Macaco, que mais de cem anos resistiram à ordem escravocrata, enfrentando dezenas de expedições enviadas para destruí-los, talvez não tenha paralelo na história da humanidade. Esmagada a sua resistência na última década do século XVII, o exemplo desses ex-escravos - que preferiram a morte ao cativo - continua ecoando no coração e nas mentes de todos os que lutam por um Brasil livre, soberano e mais justo. Zumbi, o grande herói negro dessa epopéia, sem dúvida simboliza, mais do que ninguém, a luta do nosso povo pela Liberdade.

Ilustramos nossa exposição com um texto do historiador e estudioso da escravidão e da resistência negra, Mário Maestri:

"No início do século 17, os colonos de Pernambuco viviam, no litoral, em engenhos, fazenda e povoações. No interior, no sul da capitania, encontrava-se região agreste, fértil, de clima ameno, de difícil acesso - os Palmares. Com elevadas serras e densas matas, por décadas, ela acoutou pequenos quilombos, como tantas outras paragens agrestes do Brasil escravista.

A invasão holandesa e a resistência dos luso- pernambucanos permitiram que os cativos escapassem, numerosos, dos engenhos para os Palmares, transformando a confederação dos quilombos de Palmares na maior ameaça à ordem escravista luso-brasileira e a mais impressionante saga libertária dos trabalhadores americanos escravizados.

No início, os quilombos palmarinos não se diferenciaram dos existentes em outros pontos da Colônia. As técnicas produtivas eram rudimentares e a divisão social do trabalho, limitada. Os mucambeiros viviam da agricultura, da caça, da pesca, da coleta. Técnicas artesanais africanas - metalurgia do ferro; cerâmica; cestaria; etc. - eram adaptadas às matérias-primas da região. Os palmarinos não conheciam economia de abundância mas viviam, em liberdade, como produtores independentes, condições de existência muito superiores às das plantações e engenhos escravistas.

Com 1.000 habitantes, os maiores quilombos tinham cabanas africanas, até três ruas e eram cercados por paliçadas e fossos. No centro das aldeias, ficavam as instalações comunitárias - o conselho, o mercado, a forja, a cisterna; nas proximidades, as plantações. Era grande a heterogeneidade étnica e cultural. Os angolanos eram abundantes; os iorubas, raros. Os palmarinos falariam uma mescla de português e de idiomas africanos e praticariam credos sincréticos afro-católicos.

Os quilombos, de economias não complementares, viviam independente. No início, não houve centralização política. Eram comuns os contatos entre os quilombos e as vilas do litoral. Os mucambeiros fundavam as aldeias a uma distância das vilas que não comprometesse a liberdade conquistada e as trocas com os luso-brasileiros.

Desde fins do século 16, os palmarinos causavam problemas aos escravistas. A primeira grande expedição contra eles foi organizada pelo governador-geral do Brasil, em 1602. Após meses na região, ela voltou afirmando ter destruído os quilombos. Nos anos seguintes, outras bandeiras penetraram os sertões, sem resultados. Os palmarinos internavam-se nas matas, esperando que os escravistas abandonassem a região.

Com a invasão holandesa (1630), os quilombos acolheram milhares de fujões. Os ataques palmarinos aos engenhos sucediam-se, com tal frequência, que os holandeses organizaram, em janeiro de 1644, uma grande expedição punitiva. Após diversos meses, ela regressou com prisioneiros, dizendo ter destruído uma grande aldeia. Outras expedições foram organizadas, com os mesmos parcos resultados.

Em 1640, a guerra de Portugal contra a Espanha levou a um armistício com a Holanda que reconhecia, nos fatos, o Brasil holandês. Em 1645, a ruptura dos senhores pernambucanos com os batavos ensejou uma

violenta guerra de "libertação nacional" que levou a novas fugas de cativos. Em 1654, quando os holandeses abandonaram Recife, as plantações estavam semidesertas e os Palmares regurgitavam de quilombolas.

A expulsão dos holandeses assinalava o fim da 'idade de ouro' da produção açucareira pernambucana. A guerra destruíra engenhos e facilitara a fuga das escravarias. Com os holandeses, partiram os cristãos-novos luso-brasileiros, com seus cativos e capitais. Eles estabeleceram-se nas Antilhas, contribuindo para o fim do quase-monopólio açucareiro brasileiro. A nova concorrência e os baixos preços internacionais do açúcar dificultavam a importação de africanos. Os colonos voltaram os olhos para os Palmares. A sua destruição pacificaria a capitania e repovoaria os engenhos. A guerra palmarina ocuparia os negros, brancos e brancos pobres que tinham lutado contra os holandeses e não recebiam as recompensas prometidas.

Em fins de 1654, partiu contra os Palmares uma expedição organizada pelo governador de Pernambuco, de poucos frutos. Nos anos seguintes, outras colunas não obtiveram melhores resultados. Os plantadores reiniciaram a custosa importação de africanos. Entre os colonos e os palmarinos, estabeleceu-se uma espécie de paz armada. Em 1667, os palmarinos teria começado a desferir ataques seguidos contra o litoral.

Em 1672, a administração de Pernambuco organizou forte expedição militar. Dividida em três colunas, ela convergiria, de pontos distintos, sobre os Palmares, onde fundaria uma fortificação permanente. As tropas foram desbaratadas pelos quilombolas que também tripartiram suas forças. Foi a primeira vitória inquestionável dos palmarinos. Um palmarino com o título de Zumbi capitaneava os exércitos negros.

O esforço militar defensivo ensejara a união dos quilombos em uma confederação. Nascia um rudimentar Estado negro - formado pela reunião voluntária de produtores livres - no coração do Brasil escravista. O chefe máximo da confederação portava o título de ganga-zumba. Laços familiares simbólicos faziam dos outros chefes quilombolas parentes de Ganga-Zumba. A Confederação dos quilombos de Palmares teria de quinze a trinta mil membros. População considerável, para a época.

Preocupava os colonos que a massa escrava possuísse um refúgio seguro e uma liderança capaz de capitanear sublevação geral. Palmares constituía uma alternativa libertária à organização social escravista brasileira, ainda que conhecesse níveis de produtividade significativamente inferiores a ela.

Décio Freitas, que melhor estudou os quilombos de Palmares - PALMARES: a guerra dos escravos [Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988] - registrou mais de quarenta expedições contra o Estado Negro, até o derradeiro combate, em 1694. A sanha contra Palmares registrava a incapacidade dos escravistas de coexistirem com uma organização de produtores livres e a coesão interna da formação quilombola.

A destruição da confederação palmarina angustiava os escravistas. Eles abandonaram pruridos senhorias e, diversas vezes, negociaram, com os chefes quilombolas. Administração e colonos dividiam-se em torno das alternativas: combater à morte os rebelados ou oferecer a liberdade àqueles que abandonassem os Palmares.

Um melhor conhecimento das regiões e a mobilização de maiores forças desequilibram a guerra em favor dos colonos. Em fins dos anos 1570, Ganga-Zumba aceitou a anistia oferecida aos nascidos em Palmares. Os escravistas rompiam a unidade quilombola. Ganga Zumba e seus seguidores desceram das alturas dos Palmares e se estabeleceram nos baixios de Cucaú, a 32 quilômetros de Serinhaém. Sob o comando de Zumbi, a maioria dos palmarinos negara-se a aceitar uma anistia que excluía os cativos fugidos. Em Cucaú, cresciam as divergências. A dissolução da comunidade liderada por Ganga-Zumba comprovou a certeza da alternativa capitaneada por Zumbi. Não havia possibilidade de convivência entre a produção escravista e uma sociedade de produtores livres.

Os palmarinos lançavam incessantes ataques. Restabelecido o impasse, organizou-se o maior exército colonial desde a expulsão dos holandeses. Milhares de combatentes foram enviados contra Palmares. Os palmarinos optaram por desesperada resistência estática. O quilombo de Macaco foi cercado por imponentes paliçadas de madeira, reforçadas com pedra.

O cerco da cidadela deflagrou os combates. O uso de armas de fogo pelos atacantes assinalava o maior nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais da formação escravista, no contexto de relações sociais de produção desumanizadoras. As tropas luso-pernambucanas constituíam uma avançada do império colonial português nas matas palmarinas.

Zumbi comandou tentativa de abandono parcial das fortificações, na noite de 5 para 6 de fevereiro de 1694. Descobertos, os palmarinos foram obrigados a combater de costas para um princípio, por onde

rolaram centenas de guerreiros. O quilombo foi devassado na manhã seguinte e o combate transformou-se em um massacre. Nas semanas seguintes, as tropas coloniais localizaram e destruíram os quilombos restantes.

Ferido em combate, Zumbi conseguiu escapar. Seu esconderijo foi descoberto devido a uma delação. Morto à traição, no dia 20 de novembro de 1695, sua cabeça foi decepada e exposta, até apodrecer, espetada em um chuço, em Recife, como público exemplo. Nos últimos anos, a comunidade negra brasileira organizada comemora no aniversário da morte de Zumbi o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil. "

Sabe-se pouco, de concreto, sobre a vida de Zumbi dos Palmares, principalmente porque a história sempre é escrita pelos vencedores. Em sua trajetória é difícil separar a lenda da realidade. Mas uma coisa é certa: a luta pela Liberdade no nosso país é inseparável do nome de ZUMBI DOS PALMARES.

Ao homenagear as personalidades que atuaram e atuam em prol da comunidade negra estamos homenageando a grande, valorosa e sofrida comunidade negra e a todos que lutam pela Liberdade em nosso país e no mundo!

Por isso contamos com o apoio dos nossos pares.

Porto Alegre, 02 de março de 2007

Deputado(a) Raul Carrion